

FORMAÇÃO CONTÍNUA
FORMAÇÃO AÇÃO
MODULAR CERTIFICADA
IN COMPANY

WWW.IFORMA.PT

Boletim

Materiais de Construção



■ NOTA DE ABERTURA

Esta crise é diferente das outras!

Ao contrário das últimas crises, mais ou menos cíclicas, os fatores que as desencadeiam vão-se acumulando ao longo de muitos meses e até anos, mesmo durante as fases de crescimento e prosperidade, sucedendo que quando são finalmente sentidas ou declaradas já foi entretanto percorrido um caminho suficientemente longo em que se sucederam e acumularam dificuldades, derrapagens, prejuízos e em que muitos dos indicadores económicos e empresariais se foram degradando.

Normalmente, apesar da incerteza sobre o prazo e a intensidade, as crises são previsíveis.

Esta não. Veio de surpresa e não permitiu a ninguém prever-se, nem sequer preparar-se psicologicamente para o impacto. Há medo, mas ao mesmo tempo parece pairar uma certa inconsciência... Estaremos atordoados?

A verdade é que as consequências ainda não se fizeram sentir em toda a sua extensão e gravidade. Como numa bomba atómica, primeiro avista-se o clarão à distância, de seguida chega a onda de choque e só depois vem a vaga de calor que tudo consome. Os estragos variam consoante o afastamento ao epicentro da explosão, mas mesmo os que estão muito mais longe acabarão por ser afetados pela chuva de partículas radioativas que cairão durante semanas e que contaminarão por muitos anos todo um território e afetarão as próximas gerações.

Seja como for, depois de rebentar não há como escapar-lhe. Esta aparente calma é um pouco estranha. Ou os portugueses estão conformados, ou estão convencidos que o "bunker" da União Europeia lhes garante a necessária proteção.

É um facto que a União Europeia virá em nosso auxílio com um esperado generoso programa de recuperação económica. Para além das linhas de crédito de emergência (de que o governo ainda só utilizou metade!) e mais uns quantos empréstimos direcionados ao SNS e aos apoios sociais (que chegarão lá para setembro), vem aí um reforço para o próximo quadro comunitário 2021-2027 que poderá, entre subvenções e empréstimos, mais do que duplicar os valores que estavam previstos.

Mas não haja ilusões. Os imensos prejuízos que já se registaram e os que se irão somar ao longo dos próximos meses não vão ser apagados. Teremos todos uma fatura de dívida muito maior para pagar nos próximos anos e os apoios/incentivos vão ter que resultar em verdadeiros acréscimos na produtividade e na criação de riqueza, sob pena da economia sucumbir sob o peso do endividamento. Isso vai implicar sacrifícios e mudanças estruturais.

Nós, no nosso sector, escapámos aos efeitos imediatos da explosão, mas sabemos bem que, se a economia não recuperar, o crescimento, o imobiliário, a construção e os materiais de construção serão, a prazo de ano e meio, dois anos, a próxima vítima.

■ LEGISLAÇÃO

COVID-19

Medidas adotadas

MOTORISTAS DE MERCADORIAS

Reposição dos limites de condução e repouso

■ FISCALIDADE

DOCTRINA FISCAL

Isenção de IVA aplicável aos bens considerados necessários no combate ao COVID-19

IRS - Medidas apoio excecionais e temporárias

■ DIVERSOS

SEGUROS DE CRÉDITO

Confederações exigem medidas urgentes

FORMAÇÃO

>> GESTÃO DE TESOURARIA

23 E 25 JUNHO 2020

>> MS EXCEL - AVANÇADO

15, 17, 19, 22 E 29 JUNHO 2020

>> MS WORD - AVANÇADO

16, 18, 23 E 25 DE JUNHO 2020

CONSULTE WWW.IFORMA.PT

COVID-19

■ **MOTORISTAS DE MERCADORIAS. REPOSIÇÃO DOS LIMITES DE CONDUÇÃO E REPOUSO**

Através do **COMUNICADO N.º 11 DE 1 de junho p.p.**, o IMT, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, informou ter o Governo comunicado à Comissão Europeia que não iria prolongar a derrogação, em vigor desde 26 de março passado, dos art.s 6.º, n.º 1, e 8.º, n.º 6, do Regulamento (CE) 561/2006, de 15 de março, que estabelecem, respetivamente, o limite máximo de condução diária (9h/dia, 10h até 2 vezes por semana), e o limite mínimo de descanso semanal (em cada 2 semanas consecutivas, 2 períodos de pelo menos 45h ou 1 de 45h e outro de 24h).

Assim sendo, tais limites passam a dever ser de novo respeitados a partir de 1 de junho de 2020.

■ **PRORROGADO ESTADO DE CALAMIDADE (3.ª FASE DE DESCONFINAMENTO)**

Como previsto no plano de desconfinamento, o Governo prorrogou o Estado de Calamidade por mais 15 dias, de 1 a 14 de junho p.f. (**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS 40-A/2020**, de 29/5), prosseguindo o alívio em geral das medidas excecionais relativas à suspensão de atividades e encerramento obrigatório de estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços mas mantendo em geral as regras de ocupação [(0,05 pessoas/m²; proibição de situações de espera dentro do estabelecimento, permanência (pelo tempo estritamente necessário) e distanciamento físico (2 m), de higiene (disponibilidade de desinfetantes cutâneos, limpeza e desinfeção diária e periódica de locais e equipamentos; dever de contenção do toque em produtos/equipamentos...)] já conhecidas em todos os locais abertos ao público e o dever de observar outras regras definidas pela DGS.

Destacamos:

- o fim do dever cívico de recolhimento domiciliário que incidia sobre a população em geral
- a abertura dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços com área superior a 400 m², grandes superfícies/centros comerciais e lojas do cidadão
- a alteração ao regime de teletrabalho, que, com algumas exceções, deixa de ser obrigatório e regressa ao regime de acordo entre as partes previsto no Código do Trabalho
- a limitação a 20, como regra, do número de pessoas em celebrações e outros eventos (exceto eventos de natureza familiar, como casamentos, eventos religiosos, eventos de natureza corporativa realizados em espaços adequados para o efeito...)
- a alteração ao regime de funcionamento dos restaurantes e similares, que podem funcionar a 100%, desde que utilizando barreiras físicas impermeáveis de separação entre os clientes que se encontrem frente a frente e um afastamento entre mesas de um 1,5 m, ou então optar pela regra anterior de ocupação limitada a 50% e distanciamento de 2 m.

A Área Metropolitana de Lisboa mantém algumas das limitações anteriores, que serão reavaliadas no próximo dia 4 de

junho, como a proibição de concentrações de mais que 10 pessoas e a suspensão das atividades em estabelecimentos de comércio a retalho/prestação de serviços com área superior a 400 m².

O Governo efetuou ainda no mesmo dia (**DECRETO-LEI 24-A/2020**) a 13.ª alteração ao Decreto-Lei 10-A/2020, que aprovou várias medidas excecionais e temporárias no âmbito do combate à pandemia, merecendo-nos destaque:

- a prorrogação até 30 de setembro, do prazo para a realização de assembleias gerais por associações e cooperativas com mais de 100 associados/cooperantes (para as sociedades e demais entidades mantém-se o limite anterior de 30 de junho)
- a manutenção, mas apenas para maiores de 10 anos, do dever geral de uso de máscara ou viseira nos espaços e estabelecimentos comerciais/prestação de serviços, transportes coletivos de passageiros, edifícios públicos ou de uso público onde se prestem serviços ou ocorram atos que envolvam o público, estabelecimentos de ensino/creches (alunos e pessoal docente e não docente) e interior das salas de espetáculos, cinemas ou similares
- a cessação da suspensão das obrigações de facultar ao consumidor o livro de reclamações e de enviar a respetiva reclamação ao organismo regulador competente
- a abertura a partir de 1 de junho das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimentos de educação pré-escolar (...) e a partir de 15 de junho das atividades de tempos livre.

Disponibilizamos aqui os links para consulta aos diplomas referidos e à Circular 85/2020 da CCP, cuja Direção a APCMC integra, bem explicativa do novo quadro legal para esta 3.ª fase do Estado de Calamidade, assim como ao Comunicado do Conselho de Ministros de 29 de maio e ao Plano de Desconfinamento.

RCM 40-A/2020
DL 24-A/2020
Circular CCP 85/2020
Comunicado
Plano de Desconfinamento

TELETRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO A PARTIR DE 1 DE JUNHO DE 2020 (ART. 4.º DA RCM 40-A/2020, DE 29/5)

1 — O empregador deve proporcionar ao trabalhador condições de segurança e saúde adequadas à prevenção de riscos de contágio decorrentes da pandemia da doença COVID-19, podendo, nomeadamente, adotar o regime de teletrabalho,



nos termos previstos no Código do Trabalho.

2 — Sem prejuízo da possibilidade de adoção do regime de teletrabalho nos termos gerais previstos no Código do Trabalho, este regime é obrigatório quando requerido pelo trabalhador, independentemente do vínculo laboral e sempre que as funções em causa o permitam, nas seguintes situações:

a) O trabalhador, mediante certificação médica, se encontre abrangido pelo regime excecional de proteção de imunodeprimidos e doentes crónicos, nos termos do artigo 25.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 10 de março, na sua redação atual;

b) O trabalhador com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%;

c) O trabalhador com filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, decorrentes de suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais em estabelecimento escolar ou equipamento social de apoio à primeira infância ou deficiência, fora dos períodos de interrupções letivas fixados nos anexos II e IV ao Despacho n.º 5754-A/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, de 18 de junho.

3 — A obrigatoriedade prevista na alínea c) do número anterior é aplicável apenas um dos progenitores, independentemente do número de filhos ou dependentes a cargo.

4 — O regime de teletrabalho é ainda obrigatório, independentemente do vínculo laboral e sempre que as funções em causa o permitam, quando os espaços físicos e a organização do trabalho não permitam o cumprimento das orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Autoridade para as Condições do Trabalho sobre a matéria, na estrita medida do necessário.

5 — Nas situações em que não seja adotado o regime de teletrabalho nos termos previstos no Código do Trabalho, podem ser implementadas, dentro dos limites máximos do período normal de trabalho e com respeito pelo direito ao descanso diário e semanal previstos na lei ou em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável, medidas de prevenção e mitigação dos riscos decorrentes da pandemia, nomeadamente, a adoção de escalas de rotatividade de trabalhadores entre o regime de teletrabalho e o trabalho prestado no local de trabalho habitual, diárias ou semanais, horários diferenciados de entrada e saída, horários diferenciados de pausas e de refeições.

6 — Para efeitos do número anterior, o empregador pode alterar a organização do tempo de trabalho ao abrigo do respetivo poder de direção, devendo ser respeitado o procedimento previsto na legislação aplicável.

OBS.:

O Código do Trabalho (art. 165.º e sgs.) dispõe que o exercício da atividade em regime de teletrabalho depende de contrato/acordo escrito, que deve indicar i) identificação, assinaturas e domicílio ou sede das partes, ii) atividade a prestar pelo trabalhador, com menção expressa do regime de teletrabalho, e correspondente retribuição, iii) período normal de trabalho, iv) se o período previsto para a prestação de trabalho em regime de teletrabalho for inferior à duração previsível do contrato de trabalho, a atividade a exercer após o termo daquele período, (v) propriedade dos instrumentos de trabalho, bem como o responsável pela respetiva instalação e manutenção e pelo pagamento das inerentes despesas de consumo e de utilização, e (vi) identificação do estabelecimento/departamento da empresa em cuja dependência fica o trabalhador, bem como quem este deve contactar no âmbito da prestação de trabalho.

Tratando-se de trabalhador já vinculado à empresa, a duração inicial do contrato/adenda para prestação subordinada de teletrabalho não pode exceder 3 anos, ou o prazo estabelecido em IRCT.

Qualquer das partes pode denunciar o regime de teletrabalho durante os primeiros 30 dias da sua execução.

■ **NOVO REGIME PROCESSUAL**

A Lei 16/2020, de 29 de maio, alterou pela 4.ª vez a Lei 1-A/2020, de 19 de março, que republica, alterando o regime transitório e excecional relacionado com os prazos, atos e diligências no âmbito de processos e procedimentos que corram termos em quaisquer tribunais, ainda que arbitrais, ministério público, julgados de paz, entidades de resolução alternativa de litígios e órgãos de execução fiscal.

MANTÊM-SE SUSPENSOS (APENAS):

- o prazo de apresentação do devedor à insolvência
- os atos a realizar em sede de processo executivo ou de insolvência relacionados com a concretização de diligências de entrega judicial da casa de morada de família
- as ações de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa
- os prazos de prescrição e de caducidade relativos aos processos e procedimentos supra referidos, bem como os prazos de prescrição e de caducidade relativos aos processos cujas diligências não possam ser feitas presencialmente, ou através de meios de comunicação à distância, ou, no caso de venda ou entrega judicial de imóvel no âmbito de processo de execução ou de insolvência suscetível de causar prejuízo à subsistência do executado/insolvente, este requeira a respetiva suspensão (...), prevalecendo este regime sobre quaisquer regimes que estabeleçam prazos máximos de prescrição ou caducidade, que se consideram alargados pelo período de tempo correspondente à vigência da suspensão.

PRAZOS ADMINISTRATIVOS

Os prazos administrativo cujo termo original ocorreria durante a vigência do regime de suspensão estabelecido pela Lei 1-A/2020 consideram-se vencidos no 20.º dia útil posterior à entrada em vigor da presente lei, que ocorre a 3 de junho (isto é, a 2 de julho 2020).

Já aqueles cujo termo original ocorreria após a entrada em vigor da Lei 16/2020 (3 de junho), caso não tivesse ocorrido a suspensão, consideram-se vencidos:

- no 20.º dia útil posterior à entrada em vigor da lei caso se vencessem até esta data
- na data em que se venceriam originalmente caso se vencessem em data posterior ao 20.º útil posterior à entrada em vigor da lei.

PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E CADUCIDADE

Sem prejuízo do supra referido relativamente aos atos administrativos, os prazos de prescrição e caducidade que deixem de estar suspensos por força das alterações ora operadas são alargados pelo período de tempo em que vigorou a sua suspensão.

■ ARRENDAMENTO. ALARGADA MORATÓRIA NO PAGAMENTO DE RENDAS

A Lei 17/2020, de 29 de maio, estendeu a moratória no pagamento das rendas não habitacionais aprovada pela Lei 4-C/2020, de 6 de abril, alterando-a.

Esta lei veio permitir que as rendas não habitacionais (e habitacionais...) vencidas em abril, maio e junho de 2020 fossem pagas, em duodécimos, nos 12 meses posteriores (julho de 2020 a junho de 2021), juntamente com a renda relativa a cada um desses meses.



A alteração ora operada passa a permitir igualmente aos inquilinos não habitacionais que tenham as suas instalações encerradas ou a sua atividade suspensa por determinação legal ou administrativa aprovada no âmbito da atual pandemia do COVID-19, ainda que mantenham a prestação de atividades de comércio eletrónico, ou de prestação de serviços à distância ou através de plataforma eletrónica) o diferimento do pagamento das rendas vencidas até 1 de setembro de 2020 (julho, agosto e setembro), ou, se anterior, até ao termo do mês subsequente àquele em que cessar o encerramento de instalações ou suspensão de atividade.

O legislador mantém, porém, o mês de junho de 2021 como data limite para a regularização da dívida, pelo que as rendas vencidas e não pagas nos meses de julho a setembro de 2020 (respeitem a arrendamento ou a outras formas contratuais de exploração do imóvel), por exemplo, deverão ser pagas em 9 prestações mensais, iguais, de outubro/2020 a junho de 2021, juntamente com as rendas relativas a estes meses.

A falta de pagamento das rendas que se venceram nos meses em que vigorou o estado de emergência e no 1.º mês subsequente, bem como, no caso de estabelecimentos e instalações que permaneçam encerrados ao abrigo de disposição legal ou medida administrativa aprovada no âmbito da pandemia, nos meses em que esta vigorar e no mês subsequente, e até 1 de setembro de 2020, continua a não poder ser invocada pelo senhorio como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção de contratos, nem como fundamento de obrigação de desocupação de imóveis.

■ ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS E RESGATE DE PPR

A Lei 18/2020, de 29 de maio, alterou a Lei 7/2020, de 10 de abril, prolongando até 30 de setembro de 2020 (terminava

agora em junho) a proibição de suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais (água, energia elétrica, gás natural e comunicações eletrónicas) a pessoas desempregadas, com quebra de rendimentos não inferior a 20% ou infetadas pelo Covid-19.

Até à mesma data as mesmas pessoas podem requerer a cessação unilateral de contratos de telecomunicações, sem lugar a compensação ao fornecedor, ou a suspensão temporária de contratos de telecomunicações, sem penalizações ou cláusulas adicionais, retomando-os a 1 de outubro de 2020.



RESGATE DE PPR

A Lei 18/2020 prolongou também até 30 de setembro (terminava em maio) a possibilidade de resgate de planos poupança reforma, até ao limite mensal do IAS (€ 438,81), pelos participantes desses planos afetados pela atual situação de pandemia e em condições de o fazerem.

■ ESTRANGEIROS. AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA

De forma a mitigar as consequências que a pandemia do COVID-19 teve no funcionamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e permitir a recuperação dos processos pendentes e um ganho de eficiência na gestão documental de cidadãos estrangeiros, o **DESPACHO 5793-A/2020**, de 26 de maio, estabeleceu um procedimento simplificado de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência com dispensa de visto previstos no n.º 2 do art. 88.º e no n.º 2 do art. 89.º da Lei 23/2007, de 4 de julho.

Disposições que respeitam, respetivamente, à autorização de residência para exercício de atividade profissional subordinada e para o exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores.

O procedimento simplificado significa, segundo o próprio SEF, que o cidadão não necessita sequer de se deslocar a um bal-



ção de atendimento para a decisão dos pedidos pendentes de renovação de autorização de residência, bastando, para tal, fazer o pedido no Portal do SEF. Posteriormente, o SEF fará todas as consultas de segurança para confirmar a idoneidade do requerente, bem como as consultas às bases de dados necessárias para aferir do cumprimento, pelo requerente, das suas obrigações fiscais e perante a segurança social, recebendo o cidadão, depois de pagas as taxas, a autorização de residência na sua morada fiscal.

No que respeita aos pedidos de concessão de autorização de residência com dispensa de visto previstos nos artigos supra referidos, o cidadão não necessita de submeter-se a nova prova documental, bastando para o efeito os documentos apresentados conjuntamente com o pedido de dispensa de visto (manifestação de interesse), independentemente do seu prazo de validade, desde que válidos na data da apresentação. Com esta medida, prevê o SEF um ganho substancial nos tempos de atendimento ao balcão, que deverão passar dos 40 para os 15 minutos.

O despacho vigora até 27 de maio de 2021.

■ **PROGRAMA ADAPTAR. APOIOS A FUNDO PERDIDO ÀS MICRO E PME**

O **DECRETO-LEI 20-G/2020**, de 14 de maio, aprovou o Programa ADAPTAR, um sistema de incentivos às micro e pequenas e médias empresas que visa apoiá-las no seu esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, de ajustamento dos seus métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores às novas condições de contexto da pandemia da doença COVID-19.

Os apoios às microempresas (menos de 10 empregados e volume de negócios anual ou balanço total anual igual ou inferior a 2 milhões de euros) e às PME (menos de 250 empregados e volume de negócios anual até 50 milhões de euros ou balanço total anual até 43 milhões de euros, com a correspondente certificação eletrónica) são atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável, correspondente a 50% das despesas elegíveis (80% nas microempresas).

São designadamente consideradas elegíveis as despesas com:

- aquisição de equipamentos de proteção individual necessários, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros
- aquisição e instalação de dispositivos de pagamento au-

tomático, abrangendo os que utilizem tecnologia contactless

- reorganização e adaptação de locais de trabalho e de layout de espaços às orientações e boas práticas do atual contexto
- contratação de serviços de desinfecção das instalações, por um período máximo de 6 meses
- despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento.

As despesas elegíveis nas microempresas estão limitadas € 5000 (mínimo de € 500) e a € 40 000 (mínimo de € 5000) nas PME.

As candidaturas são apresentadas no âmbito de avisos para apresentação de candidaturas submetidas através de formulário eletrónico simplificado, já disponíveis no Balcão 2020 (<https://www.compete2020.gov.pt/>), sendo apreciadas pelo IAP-MEI (ou Turismo de Portugal, no caso de empresas deste setor).

MAS APENAS PARA O PROGRAMA ADAPTAR PME, POIS O PROGRAMA ADAPTAR MICRO FOI ENCERRADO NO DIA 25 DE MAIO, POR ESGOTAMENTO DA DOTAÇÃO PREVISTA.

CONSULTE

O DL 20-G/2020 <https://dre.pt/application/file/a/133723618>

o Aviso ADAPTAR PME

https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/20200515_AAC_16_ADAPTAR_PME.pdf

O Guia de registo no Balcão 2020

https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/noticias/balcao2020_registoidadades_maior2020.pdf

Programa Adaptar Microempresas encerrado!

A CCP, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, cuja Direção a APCMC integra, lamentou publicamente no passado dia 26 de maio o anúncio da suspensão do Programa Adaptar Microempresas em todo o país, e ainda a suspensão do Adaptar PME no PO Lisboa. Como havia referido em tempo útil, as dotações previstas para este Sistema de Incentivos eram manifestamente insuficientes para fazer face às necessidades de adaptação das empresas ao surto COVID-19.

A CCP lembra que estão em causa, essencialmente, microempresas, que iniciaram ou vão iniciar a sua atividade depois de dois meses sem receitas, num quadro de enorme incerteza quanto à rentabilidade dos seus negócios, mas assumindo desde já um conjunto significativo de custos inerentes a essa abertura.

Considera assim a CCP que encerrar as candidaturas ao Adaptar Microempresas num momento em que apenas foram apresentadas cerca de 17.000 candidaturas num universo de mais de 100.000 microempresas, é deixar de fora a esmagadora maioria das microempresas, sendo da mais elementar justiça que sejam reforçadas as dotações destes avisos.

■ **REGIME EXCECIONAL E TEMPORÁRIO RELATIVO AOS SEGUROS**

O **DECRETO-LEI 20-F/2020**, de 12 de maio, aprovou medidas excecionais e temporárias relativas ao pagamento dos prémios de seguros e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução signi-



ficativa ou de suspensão de atividade.

Essas medidas traduzem-se:

- na possibilidade de flexibilizar o pagamento do prémio de seguro, permitindo que as partes acordem um regime mais favorável ao tomador do seguro,
- na manutenção por 60 dias dos efeitos/cobertura dos seguros obrigatórios, na falta de acordo entre as partes e na falta de pagamento do prémio na sua data de vencimento, e
- na possibilidade de os tomadores de seguros que tenham encerrado, com atividade suspensa ou reduzida significativamente (quebra abrupta e acentuada de pelo menos 40% da faturação) requererem o reflexo dessa situação nos prémios dos seguros que cubram riscos da atividade e a aplicação de um regime de fracionamento do prémio referente à anuidade em curso, sem custos adicionais.

Para mais informações, sugerimos a consulta da Nota de Informação de 12 de maio da ASF, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, responsável pela fiscalização do diploma, que pode consultar aqui.

■ REGRESSA LIMITAÇÃO DO LUCRO A 15% NA VENDA DE MÁSCARAS E GEL DESINFETANTE



Tinha cessado a 2 de maio p.p. com o termo do estado de emergência e regressa a partir de 14 de maio, a coberto do novo **DESPACHO 5503-A/2020**, de 13 de maio,

a limitação, ao máximo de 15%, da margem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de máscaras, álcool etílico, gel desinfetante cutâneo de base alcoólica e outros dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao Decreto-Lei 14-E/2020, de 13 de abril.

Presumimos que o governo, porque nunca o esclareceu, pretende referir-se à margem sobre o preço de venda, que em regra se apura pela fórmula $[(\text{preço de venda} - \text{preço de compra}) / (\text{preço de venda})] \times 100$ (ou, simplificando, $\text{preço de compra} / 0.85$).

O anexo identifica os seguintes artigos/produtos:

1 - Máscaras cirúrgicas para uso por profissionais de saúde, de uso único e reutilizáveis. 2 - Máscaras cirúrgicas para uso social, de uso único e reutilizáveis. 3 - Semimáscaras de proteção respiratória. 4 - Máscaras com viseira integrada. 5 - Batas cirúrgicas. 6 - Fatos de proteção integral. 7 - Cógulas. 8 - Toucas. 9 - Manguitos. 10 - Proteção de calçado – Cobrebotas. 11 - Proteção de calçado – Cobre-sapatos. 12 - Luvas de uso único. 13 - Óculos de proteção. 14 - Viseiras. 15 - Zangaratoas.

<https://dre.pt/application/file/a/133608877>

■ SALDOS «ESPECIAIS» PARA ESCOAMENTO DE EXISTÊNCIAS

O Decreto-Lei 20-E/2020, de 12 de maio, aprovou um regime excecional e provisório para as práticas comerciais com redução de preço, tendo em vista ajudar as empresas que estiveram encerradas ou com atividade suspensa ou reduzida

a escoar e renovar os seus produtos, criando oportunidades de venda aos operadores económicos e de compra aos consumidores, dinamizando a atividade económica.

OS SALDOS QUE AS EMPRESAS DECIDAM REALIZAR EM MAIO E JUNHO DE 2020 NÃO CONTAM, ASSIM, PARA O LIMITE LEGAL DE 124 DIAS POR ANO ESTABELECIDO PELO DECRETO-LEI 70/2007, DE 26 DE MARÇO, E NÃO TÊM IGUALMENTE QUE SER COMUNICADOS À ASAE. Lembramos que o DL 70/2002 consagra o regime jurídico das práticas comerciais com redução de preço, prevendo, para além dos saldos, as promoções e a liquidação.

SALDOS

As promoções podem ocorrer em qualquer momento considerado oportuno, assim como os saldos, não podendo porém estes últimos ultrapassar globalmente a duração de 124 dias por ano. Mas cada vez que realizar saldos, o operador económico é obrigado a comunicá-los à ASAE, via portal ePortugal (www.eportugal.gov.pt), com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, identificando-se e indicando as respetivas datas de início e fim.

■ MEDIDAS COM EFEITOS NO ARRENDAMENTO E OUTRAS

A Lei 14/2020, de 9 de maio, procedeu à 3.ª alteração da Lei 1-A/2020, de 19 de março, plasmando nesta medidas (com exceção da referida infra em 1.) que constavam de diplomas que regulamentavam o Estado de Emergência (por exemplo, do Decreto 2-C/2020, de 17 de abril) e aprovando novas, que, de qualquer modo e em síntese destacamos.

1. FICAM SUSPENSAS ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2020:

- a produção de efeitos da denúncia pelo senhorio do arrendamento habitacional e não habitacional efetuada
- a caducidade do arrendamento habitacional e não habitacional, exceto se o inquilino a ela não se opuser
- a produção de efeitos da revogação, da oposição à renovação do arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio
- o prazo de 6 meses previsto no artigo 1053.º do Código Civil para a restituição do prédio em caso de caducidade do arrendamento, caso o mesmo ocorra até àquela data
- a execução de hipoteca sobre imóvel que constitua habitação própria e permanente do executado.

O legislador limita-se a precisar o prazo da suspensão e a reforçar a segurança jurídica, pois na redação anterior a suspensão vigorava durante a vigência determinada pela autoridade de saúde pública das medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia do COVID-19 e até 60 dias após a cessação de tais medidas determinada por decreto-lei.

2. ENCERRAMENTO DE ESTABELECIMENTOS SEM EFEITOS NO ARRENDAMENTO

O encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legal ou administrativa aprovada no âmbito da pandemia não pode ser invocado como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção do contrato de arrendamento ou de outras formas contratuais de exploração de imóveis, nem como fundamento de obrigação de desocupação de imóveis em que estejam instalados.

3. MEDIDAS DE LIMITAÇÃO DE MERCADO (preços máximos, margens de lucro...)

Podem ser determinadas medidas de exceção necessárias:

- relativas à contenção e limitação de mercado
- de fixação de preços máximos para o gás de petróleo liquefeito
- de limitação de margens de lucro dos dispositivos médicos, dos equipamentos de proteção individual e do álcool etílico e soluções desinfetantes cutâneas
- de monitorização de stocks e quantidades produzidas
- de isenção do pagamento de taxas para os operadores económicos que atuem em situações de urgência.

4. REFORÇO DOS MEIOS E PODERES DA ACT PERANTE DESPEDIMENTOS ILÍCITOS

Enquanto vigorar a Lei 1-A/2020, a ACT, perante o conhecimento/existência de um despedimento ilícito (despedimento por facto imputável ao trabalhador, coletivo ou por extinção de posto de trabalho), notifica o empregador para regularizar a situação, mantendo-se o contrato em vigor, com todos os direitos das partes, e o dever de declaração/entrega as contribuições à segurança social, até à regularização da situação ou ao trânsito em julgado da decisão judicial.

5. QUOTAS DE ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS

As Ordens profissionais (advogados, médicos, engenheiros, contabilistas, solicitadores...), podem suspender ou reduzir o valor das quotas dos seus membros enquanto durar a pandemia, por mera deliberação dos respetivos órgãos de gestão/direção, sem necessidade de deliberação das respetivas assembleias gerais.

■ MEDIDAS EXCECIONAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O Decreto-Lei 20-C/2020, de 7 de maio, aprovou diversas medidas excecionais de proteção social, alterando os Decretos-Leis 10-A/2020, de 13/3 (9.ª alteração) e 10-F/2020, de 26/3, reforçando a proteção no desemprego e simplificando o acesso ao rendimento social de inserção (RSI).

APOIO EXTRAORDINÁRIO A GERENTES

Passam a ter acesso ao apoio extraordinário à redução da atividade económica os gerentes de sociedades por quotas e membros de órgãos estatutários de fundações, associações ou cooperativas com funções equivalentes àquelas, que desenvolvam a sua atividade numa só entidade que no ano anterior tenha tido faturação comunicada através do E-fatura inferior a € 80.000 (€60.000 antes).

Nesta alteração ao art. 26.º/6 do DL 10-A/2020) o legislador deixa de exigir que a entidade não tenha trabalhadores por conta de outrem, exigindo, porém, que o gerente desenvolva a sua atividade numa só.

A aferição do limite, quando a comunicação dos elementos das faturas através do E-fatura não reflita a totalidade das operações praticadas sujeitas a IVA, ainda que isentas, relativas a análise, a aferição dos limites aí previstos é efetuada por via declarativa, com referência ao volume de negócios, com a respetiva certificação por contabilista certificado, e sujeito a posterior verificação pela segurança social.

O apoio financeiro, com a duração de 1 mês, prorrogável mensalmente até ao máximo de 6 meses, é igual ao valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, com o limite máximo de 1 IAS (€ 438,81), ou igual a 2/3 dessa remuneração quando esta é superior a 1,5 IAS, com o limite máximo do salário mínimo nacional (€ 635), em qualquer caso com o limite mínimo de metade do IAS.

A sociedade/entidade beneficia também do diferimento do pagamento de contribuições devidas nos meses de março, abril e maio, nos mesmos termos previstos pelo DL 10-F/2020 para as demais entidades.

Os apoios concedidos dependem da retoma da atividade no prazo de 8 dias, caso a mesma tenha estado suspensa ou encerrada (...).

INCENTIVO À ATIVIDADE PROFISSIONAL DE TRABALHADOR INDEPENDENTE

Os trabalhadores independentes (TI) passam a ter acesso a um apoio financeiro extraordinário à atividade profissional, com duração de 1 mês, prorrogável mensalmente até um máximo de 3 meses, (...) de valor entre um máximo de 50% do IAS e um mínimo igual ao menor valor de base de incidência contributiva mínima.

REQUERIMENTOS DE APOIO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

São aceites os requerimentos que tenham sido justificados mediante declaração do empregador conjuntamente com certidão do contabilista, em que a data de início da medida de apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial seja posterior a 16 de março de 2020.

DESEMPREGO

São reduzidos a metade os prazos de garantia exigidos para acesso ao subsídio social de desemprego: 90 dias de trabalho com registo de remunerações nos 12 meses anteriores à data do desemprego, 60 dias quando o desemprego ocorra em consequência de caducidade de contrato a termo ou denúncia da empresa no período experimental.

O subsídio social de desemprego é atribuído, respetivamente, pelos períodos de 90 e 60 dias, independentemente da idade e carreira contributiva do trabalhador (e pelos períodos normais caso o trabalhador não dependa da redução dos prazos de garantia para aceder ao subsídio).

■ IVA À TAXA REDUZIDA NAS MÁSCARAS E GEL DESINFETANTE. ISENÇÃO DE IVA EM BENS NECESSÁRIOS AO COMBATE AO COVID-19

A Lei 13/2020, de 7 de maio, aprovou a aplicação da taxa reduzida de IVA às importações, transmissões e aquisições intracomunitárias

- de MÁSCARAS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA

- **DE GEL DESINFETANTE CUTÂNEO** com as especificidades constantes do Despacho 5335-A/2020, de 7 de maio, retificado pela Declaração de Retificação 386-A/2020, de 12 de maio (ou seja, com teor em álcool etílico em volume de pelo menos 70% ou com teor em álcool isopropílico em volume de pelo menos 75%, devendo o composto ativo e o seu teor em volume estar claramente indicados no rótulo do produto ou na sua ficha de dados de segurança).

A medida é temporária, vigorando de **8 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**.

Aprovou igualmente a **ISENÇÃO DE IVA NAS TRANSMISSÕES E AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE DETERMINADOS BENS NECESSÁRIOS PARA COMBATER OS EFEITOS DO SURTO DE COVID-19** (como dispositivos médicos, monitores, bombas, toucas, luvas, fatos, máscaras, óculos, proteções e viseiras faciais, e outros constantes do respetivo Anexo) efetuadas entre 30 de janeiro p.p. e 31 de julho p.f., desde que adquiridos pelo Estado e outros organismos públicos ou por organizações com fins caritativos ou filantrópicos aprovadas previamente para o efeito e identificadas em lista a aprovar por despacho, devendo as respetivas faturas fazer menção à presente lei como motivo justificativo da não liquidação de imposto.

Despacho entretanto publicado (Despacho 5638-A/2020, de 20 de maio), que se limita a estabelecer que os estabelecimentos e unidades de saúde do setor privado ou social e as entidades com fins caritativos ou filantrópicos (...) são os que constam das listas divulgadas nos sítios da internet da Administração Central do Sistema de Saúde (<http://www.acss.min-saude.pt/>) e da Segurança Social (<http://www.seg-social.pt/inicio>), respetivamente, mensalmente comunicadas à AT para efeitos de controlo da aplicação da isenção do IVA.

Consulte aqui a:

Lei 13/2020 (<https://dre.pt/application/file/a/133165997>) e o Despacho 5335-A/2020

(<https://dre.pt/application/file/a/133324681>)

■ **ESTRATÉGIA GRADUAL DE LEVANTAMENTO DE MEDIDAS DE CONFINAMENTO NO ÂMBITO DO COMBATE À PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19**

	DATAS	MEDIDAS
Regras gerais	4/05	— Confinamento obrigatório para pessoas doentes e em vigilância ativa — Dever cívico de recolhimento domiciliário — Proibição de eventos ou ajuntamentos com mais de 10 pessoas — Lotação máxima de 5 pessoas/100 m ² em espaços fechados — Funerais: com a presença de familiares
	30-31/05	— Cerimónias religiosas: celebrações comunitárias de acordo com regras a definir entre DGS e confissões religiosas
Transportes Públicos Trabalho	4/05	— Lotação de 2/3
	4/05	— Exercício profissional continua em regime de teletrabalho, sempre que as funções o permitam
	1/06	— Teletrabalho parcial, com horários desfasados ou equipas em espelho
Serviços Públicos	4/05	— Balcões desconcentrados de atendimento ao público (repartições de finanças, conservatórias, entre outros)
	1/06	— Lojas de cidadão
Comércio e Restauração	4/05	— Comércio local: lojas com porta aberta para a rua até 200 m ² — Cabeleireiros, manicures e similares — Livrarias e comércio automóvel, independentemente da área
	18/05	— Lojas com porta aberta para a rua até 400 m ² ou partes de lojas até 400 m ² (ou maiores por decisão da autarquia) — Restaurantes, cafés e pastelarias/esplanadas
	1/06	— Lojas com área superior a 400 m ² ou inseridas em centros comerciais
Escolas e Equipamentos Sociais	18/05	— 11.º e 12.º anos, ou 2.º e 3.º anos de ofertas formativas (10h -17h) — Equipamentos sociais na área da deficiência — Creches (com opção de apoio à família)
	1/06	— Creches/Pré-escolar/ ATL
Cultura	4/05	— Bibliotecas e arquivos
	18/05	— Museus, monumentos e palácios, galerias de arte e similares
	1/06	— Cinemas, teatros, auditórios, salas de espetáculos
Desporto	4/05	— Prática de desportos individuais ao ar livre
	30-31/05	— Futebol: Competições oficiais da 1.ª Liga de futebol e Taça de Portugal

■ **COVID-19 - ORIENTAÇÕES E GUIAS ÚTEIS ÀS EMPRESAS DO SETOR**

Aceda, com um simples click, a alguns Guias, Orientações e Recomendações editados pela Direção-Geral de Saúde (DGS), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Governo e outras entidades, no âmbito do combate à pandemia do COVID-19.

DGS

SAÚDE E TRABALHO - MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA COVID-19 NAS EMPRESAS

(28/04/2020)

https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/04/Manual_SO_Empresas-2a.pdf

GUIA CASA+ «TRABALHAR A PARTIR DE CASA E CUIDAR DA SAÚDE MENTAL»

(abril/2020)

<https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/guia-casa-trabalhar-a-partir-de-casa-e-cuidar-da-saude-mental-pdf.aspx>

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR PESSOAS NÃO-PROFISSIONAIS DE SAÚDE

(Orientação nº 019/2020, de 3/4)

<https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0192020-de-03042020-pdf.aspx>

LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES EM ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO OU SIMILARES

(Orientação nº 014/2020, de 21/3)

<https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0142020-de-21032020-pdf.aspx>

MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (ORIENTAÇÃO Nº 011/2020, DE 17/3)

<https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/i026012.pdf>

PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO, CONTROLO E VIGILÂNCIA EM EMPRESAS

(Orientação nº 006/2020, de 26/02)

<https://covid19.min-saude.pt/wp-content/uploads/2020/03/Orientac%CC%A7a%CC%83o-006.pdf>

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO

(cartazes, folhetos informativos, materiais sobre isolamento, vídeos, sessões webinar...)

<https://covid19.min-saude.pt/materiais-de-divulgacao/>

GOVERNO

PLANO DE DESCONFINAMENTO

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=145dfa9e-1f15-418c-9295-6388d7d5faff>

ACT

A19 RECOMENDAÇÕES - ADAPTAR OS LOCAIS DE TRABALHO/PROTEGER OS TRABALHADORES

[https://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Itens/Noticias/Documents/19_MEDIDAS-280420.pdf](https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Itens/Noticias/Documents/19_MEDIDAS-280420.pdf)

CCP

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA O COMÉRCIO E SERVIÇOS

https://www.apcmc.pt/wp-content/uploads/Guia_de_Boas_Praticas_para_o_Comercio_e_Servicos.pdf

■ **PRORROGADO ESTADO DE CALAMIDADE (DESCONFINAMENTO - FASE 2)**

Em linha com o calendário de desconfinamento aprovado a 30 de abril, o Governo prorrogou o Estado de Calamidade (**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS 38/2020**, de 17/5) para o período de 18 a 31 de maio, renovando igualmente as medidas excecionais e específicas no que respeita à atividade dos estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, entre outras, mas de uma forma menos restritiva (por exemplo, a reabertura de estabelecimentos comerciais com área não superior a 400 m², de entrada direta da rua, e a reabertura dos restaurantes e similares, desde que a ocupação não exceda 50% da sua capacidade) e ainda outras medidas do Decreto-Lei 10-A/2020, de 13/3, que altera pela 11.ª vez (**DECRETO-LEI 22/2020**, de 16/5), como a cessação da suspensão das atividades nas respostas sociais de creche, creche familiar, ama e centro de atividades ocupacionais, e a extensão, até 30 de outubro p.f. (e para além desta data em determinadas condições...), da aceitação pelas autoridades públicas de documentos suscetíveis de renovação expirados, como cartão de cidadão e carta de condução.

Mantêm-se as regras de ocupação, permanência e distanciamento físico já conhecidas em todos os locais onde sejam exercidas atividades de comércio por grosso ou a retalho (...) e o dever de observar as demais orientações/recomendações da DGS.

Porque bem explicativas do quadro legal e medidas aprovadas para este período, remetemos os Senhores Associados para as Circulares da CCP, cuja Direção a APCMC integra, que se pronunciam sobre a 2.ª fase do Estado de Calamidade e as alterações efetuadas ao DL 10-A/2020.

Circular 81/2020 (Decreto-Lei 22/2020)

Circular 82/2020 (Resolução Conselho de Ministros 38/2020)

Lembramos que o Estado de Calamidade ora prorrogado, que vigorou de 3 a 17 de maio, foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 33-A/2020, de 30 de abril, constando também do Decreto-Lei 20/2020, de 1 de maio, algumas das medidas para o mesmo período.

De tudo isso demos então notícia no site e por e-mail, tendo destacado as medidas seguintes e disponibilizado as Circulares da CCP infra para mais informação:

- Uso obrigatório de máscaras e viseiras para o acesso ou permanência nos espaços e estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços
- Dever do responsável pelo estabelecimento de promover o cumprimento do dever de uso de máscaras/viseiras e de informar os utilizadores delas não portadores que não podem aceder, permanecer ou utilizar o estabelecimento
- Ocupação máxima do espaço acessível ao público limitada a 0,05 pessoas por m² (5 pessoas/100 m²)
- Adoção de medidas que permitam assegurar uma distância mínima de 2 m entre pessoas
- Limpeza e desinfeção diárias e periódicas dos espaços, equipamentos, objetos e superfícies com que haja um contacto intenso
- Limpeza e desinfeção, após cada utilização/interação, dos terminais de pagamento automático (TPA), equipamentos, objetos, superfícies, produtos e utensílios de contacto direto com os clientes
- Dever de procurar assegurar a disponibilização de soluções líquidas de base alcoólica, para trabalhadores e clientes, junto de todas as entradas e saídas do estabelecimento, assim como no seu interior, em localizações adequadas

- Possibilidade de medição de temperatura corporal aos trabalhadores, apenas com vista à proteção da saúde do próprio e de terceiros e para efeitos de acesso e permanência no local de trabalho, sem prejuízo do direito à proteção individual de dados (proibição do registo da temperatura corporal associado à identidade da pessoa, salvo se esta autorizar), podendo a empresa impedir o acesso ao local de trabalho da pessoa com temperatura acima da normal
- Elaboração/adaptação de plano de contingência adequado ao local de trabalho e de acordo com as orientações da DGS e ACT (disponível, como o Guia elaborado pela CCP de Boas Práticas para o Comércio e Serviços, noutra local deste site)
- Manutenção do dever de adoção do regime de teletrabalho, sempre que as funções em causa o permitam.

Circular 64/2020 (Estratégia de desconfinamento - Resolução do Conselho de Ministros 33-C/2020)
Circular 65/2020 (Estado de Calamidade - Resolução do Conselho de Ministros 33-A/2020)
Circular 68/2020 (Decreto-Lei 20/2020 - Altera as medidas aprovadas pelo Decreto-Lei 10-A/2020)

■ **GUIA DE TRANSPORTE - NOVO MODELO**

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), através da Deliberação n.º 555-A/2020, de 5 de maio, publicado no D.R. de 13 de maio, atualizou e uniformizou num só o modelo de contrato de transporte/guia de transporte, que não prejudica a adoção de outro equivalente, utilizado no âmbito do transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, revogando o Despacho n.º 21994/99, de 19/10, e os 2 modelos por este aprovados.

 **Diário da República, 2.ª série**

PARTE C

N.º 93

13 de maio de 2020

Pág. 230-(4)

ANEXO

Expedidor (nome, morada, país)	CONTRATO DE TRANSPORTE / GUIA DE TRANSPORTE <small>Este transporte fica sujeito, não obstante qualquer cláusula em contrário, ao DL nº 286/2003 de 10/12, alterado pelo DL nº 142/2008 de 20/07, que estabelece o regime jurídico do contrato de transporte rodoviário nacional de mercadorias</small>
Destinatário (nome, morada, país)	Guia n.º _____ Ref.ª Interna _____
Local de entrega da mercadoria	Transportador (nome, morada, país, N.º alvará ou licença comunitária)
Cliente (nome, morada, país, NIF)	MATRÍCULA _____ Trator: _____ Redução/semirreboque: _____ Peso bruto: _____ Carga útil: _____
N.º cliente (Económica)	Transportadores sucessivos (nome, morada, país)
Local de carregamento da mercadoria	MATRÍCULA _____ Trator: _____ Redução/semirreboque: _____ Reservas e observações do transportador

Os campos limitados por linhas pretas devem ser preenchidos no

Resposta à aceitação desde final de 2019 da versão eletrónica da declaração de expedição/guia de transporte (e-CMR) que acompanha as mercadorias no transporte internacional rodoviário, à necessidade de proceder à sua atualização face à importância de que se reveste na fiscalização da regulamentação dos transportes e ao objetivo de facilitar e simplificar os processos administrativos no setor do transporte de mercadorias a nível nacional.

Atualização que consagra:

- a possibilidade de emissão de guia de transporte em suporte papel ou digital
- a possibilidade de utilização no transporte de âmbito nacional o modelo de declaração de expedição adotado para efeitos da convenção CMR
- que a informação relativa a mercadorias perigosas, para além da sua designação corrente, deve ser a prevista na parte 5, capítulo 5.4, anexo A, do Acordo relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada

(ADR), aprovado pelo Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril - a possibilidade de indicação do preço de referência do transporte (valor/litro), determinado nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei 145/2008, de 28 de julho.

■ **MAPA DE FÉRIAS / 2020**

O mapa definitivo de férias dos trabalhadores deve ser elaborado e afixado nos locais de trabalho, mantendo-se afixado entre 12 de maio e 31 de Outubro.

■ **RELATÓRIO ÚNICO / 2019 ATÉ 30 JUNHO**

Decorre este ano, excecionalmente, até 30 de junho, o prazo de entrega, pelas empresas (empregadores), do Relatório Único relativo a 2019, documento que permite a identificação do empregador e seus estabelecimentos, volume de negócios, VAB, pessoas ao serviço, filiação sindical, prestação de trabalho suplementar, recurso a trabalhadores temporários e a prestadores de serviços, e que compreende vários Anexos:

- **ANEXO A** – Quadro de pessoal (dados reportados a Outubro/2018)
- **ANEXO B** – Fluxo de entrada ou saída de trabalhadores
- **ANEXO C** – Formação contínua
- **ANEXO D** – Atividade do serviço de segurança e saúde no trabalho
- **ANEXO E** – Greves
- **ANEXO F** – Prestadores de serviços (cujo preenchimento se mantém opcional. Optando a empresa por não o preencher, deverá assinalar a resposta «Não» à questão «Existiram contratos de prestação de serviços em algum período do ano de referência do relatório?»)

No portal do Relatório Único já estão disponíveis, para além da função de consulta de IRCT, todos os documentos de apoio e suporte para o preenchimento e entrega do relatório (<https://www.relatoriounico.pt/ru/documents.seam>).

■ **CCT OUTORGADO PELA APCMC**

O CCT celebrado entre a APCMC e o SITESC e Outros para o setor, vulgo CCT – Comércio de Materiais de Construção, e demais dados necessários ao preenchimento do Anexo A (Quadro de Pessoal) mantêm as referências do passado, que são as seguintes:

- Código do CCT/IRCT: **26170**
- Publicação: **BTE, I SÉRIE, Nº 1, DE 08/01/2009** (o respetivo Regulamento de Extensão foi aprovado pela Portaria 663/2009, de 17 de Junho)
- Data de produção de efeitos da tabela salarial: **01/01/2008**
- Código da APCMC: **0099**

CCT – COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CÓDIGO 26170) CÓDIGOS DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

00838	ANALISTA DE INFORMÁTICA
29413	ASSENTADOR OU APLICADOR DE 1.
29414	ASSENTADOR OU APLICADOR DE 2.
01085	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I
01086	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II

18384	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III	04298	MAÇARIQUEIRO DE 1.
00409	CAIXA	04299	MAÇARIQUEIRO DE 2.
05909	CAIXA DE COMÉRCIO	07062	MAÇARIQUEIRO DE 3.
00030	CAIXEIRO DE 1.	00996	MECÂNICO DE 1.
00031	CAIXEIRO DE 2.	00997	MECÂNICO DE 2.
00032	CAIXEIRO DE 3.	00998	MECÂNICO DE 3.
00033	CAIXEIRO ENCARREGADO	06324	MEDIDOR ORÇAMENTISTA
00253	CANALIZADOR DE 1.	32096	MONTADOR DE ANDAIMES/ESTRUTURAS
00254	CANALIZADOR DE 2.	16008	MONTADOR DE 1.
00255	CANALIZADOR DE 3.	16026	MONTADOR DE 2.
00156	CARPINTEIRO DE 1.	16050	MONTADOR DE 3.
00157	CARPINTEIRO DE 2.	00478	MOTORISTA DE LIGEIRAS
00642	CARPINTEIRO DE 3.	00479	MOTORISTA DE PESADOS
01690	CHEFE DE COMPRAS	00567	OFICIAL ELECTRICISTA
00159	CHEFE DE EQUIPA	02209	OPERADOR DE MÁQUINAS
00081	CHEFE DE SECÇÃO	29416	OPERADOR/EMPREGADO DE ARMAZÉM
00080	CHEFE DE SERVIÇOS	03944	OPERÁRIO NÃO ESPECIALIZADO
00411	CHEFE DE VENDAS	02131	ORÇAMENTISTA
00524	COBRADOR	09668	PEDREIRO/TROLHA DE 1.
03444	CONTABILISTA/TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS	09669	PEDREIRO/TROLHA DE 2.
00527	CONTINUO	00488	PINTOR DE 1.
11481	CORTADOR SERRADOR DE MATERIAIS (MET)	00489	PINTOR DE 2.
00532	COZINHEIRO	00490	PORTEIRO
01661	DEMONSTRADOR	00418	PROGRAMADOR DE INFORMÁTICA
00536	DESENHADOR PROJECTISTA	26243	QUADRO TÉCNICO SUPERIOR
00292	DIRECTOR DE SERVIÇOS	01527	RECEPCIONISTA/TELEFONISTA
00034	DISTRIBUIDOR	00217	SERRALHEIRO DE 1.
02087	ECÓNOMO	00218	SERRALHEIRO DE 2.
24142	ELECTRICISTA PRE-OFICIAL DO 1. ANO	01530	SERRALHEIRO DE 3.
24143	ELECTRICISTA PRE-OFICIAL DO 2. ANO	00044	SERVENTE
00035	EMBALADOR	01531	SOLDADOR DE 1.
00870	EMPREGADO DE REFEITÓRIO	01532	SOLDADOR DE 2.
00023	ENCARREGADO	01533	SOLDADOR DE 3.
00541	ENCARREGADO DE REFEITORIO	11288	TÉCNICO ADMINISTRATIVO
00184	ENCARREGADO GERAL	00843	TÉCNICO DE CONTABILIDADE
00684	ESTAGIÁRIO DO 1.ANO	26897	TÉCNICO DE ENGENHARIA
00685	ESTAGIÁRIO DO 2.ANO	03356	TÉCNICO DE SECRETARIADO
28431	ESTAGIÁRIO DO 3.ANO	29415	TÉCNICO DE VENDAS (C/COMISSÕES)
00189	FIEL DE ARMAZÉM	29412	TÉCNICO DE VENDAS (S/COMISSÕES)
29410	GERENTE COMERCIAL/LOJA	00757	TESOUREIRO
00325	GUARDA	00101	TRABALHADOR DE LIMPEZA
00328	INSPECTOR DE VENDAS	96170	RESIDUAL (INCLUI IGNORADO)

novas adesões



■ GUIA FISCAL DO INTERIOR

O Governo lançou ontem, 21 de maio, um **GUIA FISCAL DO INTERIOR**, que sistematiza todos os benefícios fiscais em vigor para os territórios do Interior.

Elaborado pela Secretaria de Estado da Valorização do Interior e pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, com o apoio da Autoridade Tributária e Aduaneira, está dividido em 3 capítulos e tem informação sobre os benefícios fiscais para as famílias, benefícios fiscais transversais (de apoio às empresas e ao investimento) e benefícios fiscais à silvicultura.



No Guia pode ser encontrada informação sobre:

- incentivo às PME do Interior através de uma taxa reduzida de IRC (12,5% para os primeiros 25.000 euros de matéria coletável);
- incentivo ao reinvestimento dos lucros das empresas do Interior através de uma majoração de 20% dos benefícios previstos no regime DLRR;
- condições mais favoráveis do regime fiscal para atração do investimento (i.e., deduções à coleta de IRC mais elevadas);
- isenções de IMT e IMI para imóveis localizados em áreas florestais e majoração dos gastos (em IRC e IRS) com manutenção e defesa da floresta, entre outros;
- incentivo dado a estudantes inscritos em Instituições de Ensino do Interior (através da contabilização das rendas como despesas de educação e da majoração dos gastos em educação); e
- benefícios às famílias que transfiram residência permanente para o Interior (através de um aumento do limite das deduções em IRS durante 3 anos);

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=efabaa19-0c4d-4c05-aa4f-70624ebfff6e%29>

■ DOCTRINA FISCAL

IVA – ISENÇÃO APLICÁVEL AOS BENS NECESSÁRIOS NO COMBATE AO SURTO DE COVID-19, QUANDO ADQUIRIDOS PELO ESTADO, OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS OU POR ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS.

APLICAÇÃO DA TAXA REDUZIDA DO IMPOSTO A MÁSCARAS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA E GEL DESINFETANTE CUTÂNEO

(Ofício Circulado n.º 30222/2020, de 25 de maio, da AT)

A Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 89, introduz, entre outras, medidas fiscais de carácter temporário, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Passa, assim, a consagrar:

- i) Uma isenção de IVA aplicável aos bens considerados

necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19, quando adquiridos pelo Estado e outros organismos públicos ou organizações sem fins lucrativos;

- ii) A aplicação da taxa reduzida de IVA a máscaras de proteção respiratória e gel desinfetante cutâneo.

Tendo em vista a clarificação das alterações introduzidas, procede-se à divulgação das presentes instruções:



I) ISENÇÃO DE IVA APLICÁVEL AOS BENS NECESSÁRIOS PARA O COMBATE À COVID-19

QUEM PODE BENEFICIAR DA ISENÇÃO?

1. De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, podem beneficiar da isenção do imposto, quando adquiram bens necessários ao combate à COVID-19, as seguintes entidades:

- i) O Estado, as regiões autónomas ou as autarquias locais, bem como qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, incluindo os institutos públicos;
- ii) Os estabelecimentos e unidades de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS), incluindo as que assumem a forma jurídica de entidades públicas empresariais;
- iii) Outros estabelecimentos e unidades de saúde do setor privado ou social, desde que inseridos no plano nacional do SNS de combate à COVID-19, com contratos firmados para o efeito com o Ministério da Saúde essa obrigação, que constem de lista divulgada no sítio da Internet da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., e mensalmente comunicada por esta entidade à Autoridade Tributária e Aduaneira para efeitos de controlo da aplicação da isenção de IVA (1);
- iv) Entidades com fins caritativos ou filantrópicos que detenhão:

- licenciamento das respostas sociais, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas; ou
- acordo de cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais, conforme previsto na Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, republicada através da Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho,

e constem de lista divulgada no sítio da Internet do Instituto da Segurança Social, I. P., e mensalmente comunicada por esta entidade à Autoridade Tributária e Aduaneira para efeitos de controlo da aplicação da isenção de IVA (2).

2. No entanto, para que possam beneficiar da isenção, as entidades referidas no ponto anterior devem, ainda:

- Distribuir gratuitamente os bens às pessoas afetadas

pelo surto de COVID-19 ou expostas a esse risco, bem como às pessoas que participam na luta contra a COVID-19; ou

– Utilizar os bens no tratamento das pessoas afetadas pelo surto de COVID-19 ou na sua prevenção, os quais continuam, no entanto, a constituir sua propriedade.

3. Salvo em casos devidamente justificados, o empréstimo, a locação ou a cessão dos bens adquiridos com isenção ou, ainda, a sua utilização para fins não previstos no artigo 2.º da Lei n.º 13/2020, determina a aplicação do imposto que lhes corresponda, de acordo com a taxa em vigor à data em que sejam afetados a outro uso.

QUE BENS PODEM BENEFICIAR DA ISENÇÃO?

4. Os bens que podem beneficiar da isenção do imposto nos termos previstos no artigo 2.º da Lei n.º 13/2020 estão elencados em Anexo à mesma, encontrando-se descritos de acordo com o correspondente código da Nomenclatura Combinada (3).

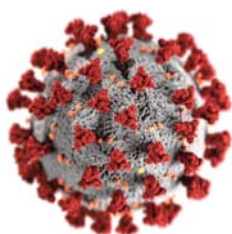
5. Ainda que elencados no referido Anexo, os bens transmitidos a entidades que não se encontrem abrangidas pela alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da lei estão sujeitos à aplicação da taxa do imposto que lhes corresponda nos termos dos números 1 e 3 do artigo 18.º do Código do IVA.

TRANSMISSÕES DE BENS A TÍTULO GRATUITO

6. O Despacho n.º 122/2020-XXII, de 24 de março de 2020, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinava a extensão do âmbito de aplicação do artigo 15.º, n.º 10, alínea a) do Código do IVA, isentando do imposto as transmissões de bens a título gratuito efetuadas ao Estado, a instituições particulares de solidariedade social e a organizações não governamentais sem fins lucrativos, para posterior colocação à disposição de pessoas carenciadas, ainda que se mantenham na propriedade daqueles organismos, equiparando a pessoas carenciadas aqueles que se encontrem a receber cuidados de saúde no atual contexto pandémico.

No entanto, a vigência deste despacho cessou em simultâneo com o termo do período de estado de emergência em Portugal, ou seja, no passado dia 2 de maio.

7. Não prevendo a extensão do âmbito de aplicação do artigo 15.º, n.º 10, alínea a) do Código do IVA, a Lei n.º 13/2020 isenta igualmente as transmissões de bens a título gratuito.



Efetivamente, não necessitando de equiparar a pessoas carenciadas aqueles que se encontrem a receber cuidados de saúde no atual contexto pandémico, por se encontrarem claramente evidenciados na letra da lei, esta isenta as transmissões gratuitas, identificando, desta feita, os bens con-

siderados necessários para combater os efeitos do surto de COVID-19 (4) e, bem assim, as entidades (5) que podem beneficiar da isenção prevista no respetivo artigo 2.º.

FORMALIDADES DA FATURA

8. As faturas que titulem as transmissões de bens isentas nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 13/2020 devem fazer menção a esta norma legal como motivo justificativo da não liquidação

do imposto (6)(7) (Exemplo: “IVA – Isenção prevista na Lei n.º 13/2020, de 7 de maio”, ou semelhante).

EXERCÍCIO DO DIREITO À DEDUÇÃO

9. Ao incluir, no n.º 3 do artigo 2.º, uma norma sobre o exercício do direito à dedução, a Lei n.º 13/2020 pretende assegurar que os sujeitos passivos que efetuem transmissões de bens isentas nos termos do n.º 1, podem deduzir o imposto suportado nas aquisições de bens ou serviços efetuadas com vista à sua realização.

PRODUÇÃO DE EFEITOS

10. Conforme resulta do artigo 5.º da Lei n.º 13/2020, a isenção prevista no artigo 2.º é aplicável às transmissões e aquisições intracomunitárias de bens efetuadas no território nacional, durante o período compreendido entre 30 de janeiro e 31 de julho de 2020.

Considerando a data da sua entrada em vigor, 8 de maio de 2020, a lei vem conferir o direito à isenção em operações que ocorreram anteriormente, ou seja, desde 30 de janeiro.

Assim, os sujeitos passivos que, anteriormente à entrada em vigor da lei, efetuaram transmissões dos bens elencados no respetivo anexo ao Estado e restantes entidades referidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da lei, ou estas quando tenham efetuado aquisições intracomunitárias daqueles bens, poderão, se assim o entenderem, retificar as operações, procedendo à regularização do imposto liquidado nas operações agora consideradas isentas.

REGULARIZAÇÕES

TRANSMISSÕES DE BENS

11.

Estando em causa transmissões de bens normalmente sujeitas a imposto e que à data em que se consideraram efetuadas não beneficiavam de qualquer isenção, os sujeitos passivos que as realizaram poderão regularizar o imposto então liquidado, face ao disposto no artigo 5.º da Lei n.º 13/2020, relativo ao período de vigência da isenção prevista no artigo 2.º (8).

Esta regularização deve observar o n.º 5 do artigo 78.º do Código do IVA, o qual determina que “(q)uando o valor tributável de uma operação ou o respetivo imposto sofrerem rectificação para menos, a regularização a favor do sujeito passivo só pode ser efectuada quando este tiver na sua posse prova de que o adquirente tomou conhecimento da rectificação ou de que foi reembolsado do imposto, sem o que se considera indevida a respectiva dedução”.

11.1 Considerando que as entidades referidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 13/2020, não podem exercer o direito à dedução do imposto suportado nas aquisições de bens destinados a ser utilizados na forma prevista na respetiva alínea b), o transmitente dos bens, cuja isenção se viu agora reconhecida, apenas pode regularizar a seu favor o imposto antes liquidado após ter reembolsado o adquirente e obtido dele a prova de que foi reembolsado do imposto, pelo valor correspondente a esse reembolso.

11.2 A regularização a favor do sujeito passivo ocorre no período de imposto em que se encontra verificada a condição estabelecida no n.º 5 do artigo 78.º Código do IVA, por inclu-

são no campo 40 da correspondente declaração periódica (9).

AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS

12. Tratando-se de aquisições intracomunitárias de bens efetuadas pelas entidades referidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 13/2020, que tenham dado lugar:

– à liquidação e pagamento, devidamente comprovado, do imposto apurado na declaração a que se refere o n.º 3 do artigo 27.º do Código do IVA; ou

– à liquidação do imposto na declaração periódica a que se referem a alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º e n.º 1 do artigo 41.º, ambos do Código do IVA, aquelas entidades podem proceder à substituição da correspondente declaração, ali inscrevendo, no campo 14 do quadro 06 (10), o montante referente à aquisição dos bens elencados no Anexo à lei.

13. As entidades referidas no ponto anterior podem solicitar a revisão oficiosa do imposto, nos termos do n.º 1 do artigo 78.º da Lei Geral Tributária, com vista à restituição do imposto pago em excesso.

II) APLICAÇÃO DA TAXA REDUZIDA DE IVA

14. O artigo 3.º da Lei n.º 13/2020 determina a aplicação da taxa reduzida do imposto aos seguintes bens:

- Máscaras de proteção respiratória;
- Gel desinfetante cutâneo com as especificidades constantes de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, das finanças e da saúde.

MÁSCARAS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA

15. A Autoridade Tributária e Aduaneira entendia, já, que as máscaras cirúrgicas, dispositivos médicos (DM) descartáveis, destinadas a cobrir a boca e o nariz, utilizadas para procedimentos cirúrgicos ou médicos que formam uma barreira física que previne a transmissão de vírus de uma pessoa doente para uma pessoa saudável, ao bloquear as partículas respiratórias/aerossóis expelidas pela tosse ou espirro (11), beneficiam da aplicação da taxa reduzida do imposto por enquadramento na alínea c) da verba 2.5 da Lista I, anexa ao Código do IVA.

16. A alínea a) do artigo 3.º da Lei n.º 13/2020 determina a aplicação da taxa reduzida a “máscaras de proteção respiratória”, não esclarecendo, no entanto, que bens podem aproveitar o benefício.

17. Neste sentido, considerando a Circular Informativa N.º 096/CD/100.20.200 Data: 13/05/2020 sobre “Máscaras: normas aplicáveis e tipologia” da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P. (Infarmed), bem como outra informação sobre a matéria disponibilizada no respetivo site, estão sujeitas à aplicação da taxa reduzida do imposto as máscaras de proteção respiratória que cumpram as especificações técnicas definidas no documento “Máscaras destinadas à utilização no âmbito da COVID-19 Especificações Técnicas”, ali disponibilizado.

GEL DESINFETANTE CUTÂNEO

18. A alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 13/2020 determina a aplicação da taxa reduzida a “gel desinfetante cutâneo” com as especificidades constantes de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, das

finanças e da saúde.

19. Em cumprimento desta determinação, foi publicado o Despacho n.º 5335-A/2020, de 7 de maio de 2020, dos Ministros de Estado, da Economia e da Transição Digital e de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde.

Ali se define «gel desinfetante cutâneo» como “um produto biocida desinfetante de mãos, do tipo de produto 1, de acordo com as definições constantes no Anexo V do Regulamento (UE) n.º 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas, contendo um determinado álcool”.

Exigindo, apenas, que o produto biocida desinfetante de mãos se enquadre no “Tipo de produtos 1: Higiene humana” (12), do “Grupo 1: Desinfetantes” do Anexo V do Regulamento (UE) n.º 528/2012, o Despacho n.º 5335-A/2020 não prevê qualquer condição quanto à inclusão de espessantes, ou quantidade admissível, na composição do biocida, limitando-se a fazer depender a aplicação da taxa reduzida do imposto ao teor de álcool por ele definido, cuja indicação deve constar de forma clara do respetivo rótulo.

Efetivamente, para efeitos de aplicação da taxa reduzida do IVA, o “gel desinfetante cutâneo” deve cumprir uma das seguintes especificidades:“

- Ser um produto desinfetante cutâneo com teor em álcool etílico (CAS n.º 64-17-5) em volume (% v/v) de pelo menos 70%;
- Ser um produto desinfetante cutâneo com teor em álcool isopropílico (CAS n.º 67-63-0) em volume (% v/v) de pelo menos 75%, independentemente da adição ou não de espessante à respetiva composição.

PRODUÇÃO DE EFEITOS

20. Conforme resulta do artigo 6.º da Lei n.º 13/2020 (vigência), a aplicação da taxa reduzida do imposto a: i) Máscaras de proteção respiratória; e ii) Gel desinfetante cutâneo, nos termos previstos no respetivo artigo 3.º, vigora até 31 de dezembro de 2020.

O disposto no número anterior não prejudica a aplicação da taxa reduzida a máscaras de proteção respiratória ou a gel desinfetante cutâneo cujas características permitam o seu enquadramento na Lista I anexa ao Código do IVA.

III) PERÍODO DE VIGÊNCIA DA LEI

21. A Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, vigora durante o período compreendido entre 8 de maio e 31 de dezembro de 2020.

Com os melhores cumprimentos.

O Subdiretor-Geral

(1) Cf. n.º 1 do Despacho n.º 5638-A/2020, de 18 de maio, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e das Secretárias de Estado da Ação Social e Adjunta e da Saúde, que aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19.

(2) Cf. n.º 2 do Despacho n.º 5638-A/2020, de 18 de maio, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e das Secretárias de Estado da Ação Social e Adjunta e da Saúde, que aprova as listas das entidades que beneficiam da isen-



ção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19.

(3) A Nomenclatura Combinada (NC) é a nomenclatura das mercadorias da Comunidade Europeia que satisfaz as exigências das estatísticas do comércio internacional (intra e extracomunitário) e da pauta aduaneira comum, nos termos do artigo 9.º do Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia.

(4) Cf. Anexo à Lei n.º 13/2020, de 7 de maio.

(5) Cf. alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 13/2020 e Despacho n.º 5638-A/2020, de 20 de maio, no que respeita às respetivas subalíneas iii) e iv).

(6) Em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 36.º do Código do IVA.

(7) Sem prejuízo dos restantes requisitos previstos no artigo 36.º do Código do IVA.

(8) Operações efetuadas no território nacional durante o período compreendido entre 30 de janeiro de 2020 e 31 de julho de 2020.

(9) A que se referem a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º e o n.º 1 do artigo 41.º, ambos do Código do IVA.

(10) Onde se inclui, nomeadamente, as aquisições intracomunitárias de bens cuja transmissão no território nacional seja isenta do imposto - Cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.

(11) Cf. Definição de máscara cirúrgica constante da orientação n.º 019/2020, de 03/04/2020, da Direção Geral da Saúde.

(12) "Os produtos deste grupo são produtos biocidas utilizados na higiene humana, aplicados na pele ou no couro cabeludo humanos ou em contacto com eles com o objetivo primeiro de desinfetar a pele ou o couro cabeludo".

IRS – MEDIDAS DE APOIO EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS – REGIME EM SEDE DE IRS

DECRETOS-LEIS 10-A/2020 E 10-G/2020

PERGUNTAS FREQUENTES (FAQ)

(Ofício Circulado n.º 20223/2020, de 28 de abril, da AT)

«No âmbito do atual contexto de pandemia provocada pelo novo Coronavírus - COVID 19, tem sido publicada diversa legislação, designadamente o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, a Portaria n.º 71-A/2020, de 15 de março, e o Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, no âmbito da qual foram estabelecidas medidas que promovem o aumento das possibilidades de distanciamento social e isolamento profilático.

Nesse mesmo âmbito, foram ajustadas regras dos direitos dos trabalhadores, por conta de outrem ou independentes, tendo ainda o legislador cuidado da perceção de rendimento pelos próprios em situação de isolamento profilático ou daqueles que se vejam na situação de prestar assistência a dependentes, sob a designação de "Apoio Excecional à Família", bem como cuidou ainda do "Apoio Extraordinário à redução da Atividade Económica de Trabalhador Independente".

Tendo suscitado dúvidas o enquadramento em sede de IRS dos apoios recebidos pelos trabalhadores dependentes e independentes no âmbito das medidas suprarreferidas, foi, pelo Despacho n.º 133/2020-XXII, de 30-03-2020, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sancionado o entendimento de que esses apoios financeiros estão sujeitos a IRS, nos termos dos artigos 2.º e 3.º do respetivo Código, tendo em conta, nomeadamente e em síntese, o seguinte:

1. APOIOS A TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

Os apoios concedidos a trabalhadores por conta de outrem no âmbito das medidas configuram rendimentos de trabalho dependente (categoria A), estando a tributação em IRS, nos termos do artigo 2.º do respetivo Código, com os fundamentos que se passam a expor:

a) Tais apoios consubstanciam prestações substitutivas da normal retribuição, mantendo-se algumas das obrigações relativas ao pagamento da segurança social, como as quotas do trabalhador nas medidas de apoio familiar e parte de contribuições a cargo da entidade patronal, pelo que se mantém o vínculo contributivo com a segurança so-

cial como se a atividade estivesse a ser exercida, sendo pressuposto destes pagamentos o exercício da atividade, não obstante os apoios em causa assegurem o pagamento de "retribuições" por impedimento temporário;



b) Não está assim em causa uma situação de inatividade definitiva, mas apenas temporária, mantendo-se o contrato de trabalho que consubstancia a relação laboral, não decorrendo perda de direitos e subsistindo os deveres e direitos subjacentes ao vínculo jurídico-laboral;

c) Acresce que o legislador em nenhuma das medidas em análise as considerou como "apoios sociais", porque não se devem confundir com as prestações sociais atribuídas pela segurança social. Com efeito, o sistema previdencial da Segurança Social (SS) visa garantir o pagamento de prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos do trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas em que não se inclui nenhum dos apoios em causa;

d) Ora, como se referiu, os apoios financeiros previstos nestas medidas não constam das eventualidades elencadas na Lei que aprova as Bases da Segurança Social, designadamente, o desemprego que consubstancia uma prestação atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda de emprego. Nos casos em apreciação, os apoios não decorrem da cessação da relação laboral, não se subsumindo no conceito de prestações sociais, que se destinam à cobertura de determinados riscos sociais aplicáveis à generalidade dos cidadãos.

2. APOIOS A TRABALHADORES INDEPENDENTES

Relativamente aos apoios a trabalhadores independentes conclui-se igualmente pela respetiva sujeição a IRS, como rendimentos empresariais e profissionais (Categoria B), nos termos do artigo 3.º do Código do IRS, sendo os fundamentos equivalentes aos referidos para os trabalhadores dependentes, com as necessárias adaptações.

De facto, também neste caso, os apoios não consubstanciam apoios sociais, uma vez que não há cessação de atividade, não se estando, portanto, perante uma situação de inatividade definitiva.

3. RETENÇÃO NA FONTE

Tendo-se concluído pela sujeição dos apoios recebidos a IRS, em sede da Categoria A ou da Categoria B, consoante os respetivos beneficiários sejam, respetivamente, trabalhadores dependentes ou independentes, os mesmos estão também sujeitos a retenção na fonte nos termos gerais.

Para melhor compreensão procede-se ainda à divulgação da FAQ que constam do documento em anexo, podendo ainda serem consultadas no Portal das Finanças em >>Cidadãos>>Apoio ao contribuinte>>COVID-19» Respostas às questões frequentes (FAQ).

A Subdiretora-Geral
(Teresa Maria Pereira Gil)

FAQ

"COVID 19 - MEDIDAS DE APOIO EXCEPCIONAIS E TEMPORÁRIAS"

1- SOU TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM E BENEFÍCIO DO APOIO EXCEPCIONAL À FAMÍLIA, PREVISTO NO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 10-A/2020, DE 13/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, este apoio está sujeito a IRS, nos termos do artigo 2.º do respetivo Código, porque substitui o pagamento da normal retribuição por impedimento temporário, que não integra o conceito de "apoios sociais" atribuídos pela segurança social.

2- SOU ENTIDADE EMPREGADORA DE TRABALHADORES COM DIREITO AO APOIO EXCEPCIONAL À FAMÍLIA PREVISTO NO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 10-A/2020, DE 13/03, DEVO REPORTAR ESTES APOIOS NA DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES? QUAL O CÓDIGO A INDICAR?

Encontrando-se este apoio sujeito a IRS como rendimento do trabalho, deve ser declarado na DMR utilizando os códigos de rendimento do trabalho já existentes e que já vêm sendo utilizados no caso concreto do trabalhador em causa (por exemplo: código A - Rendimentos do Trabalho Dependente Sujeitos).

3- SOU TRABALHADOR INDEPENDENTE E BENEFÍCIO DO APOIO EXCEPCIONAL À FAMÍLIA, PREVISTO NO ARTIGO 24.º DO DECRETO-LEI N.º 10-A/2020, DE 13/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, este apoio está sujeito a IRS porque não sendo um apoio prestado no âmbito das prestações sociais do regime da segurança social, é equiparado a rendimento decorrente da atividade profissional, nos termos do artigo 3.º do Código do IRS.



4- SOU TRABALHADOR INDEPENDENTE E BENEFÍCIO DO APOIO EXTRAORDINÁRIO À REDUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA, PREVISTO NO ARTIGO 26.º DO DECRETO-LEI N.º 10-A/2020, DE 13/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, este apoio está sujeito a IRS porque não é um apoio prestado no âmbito das prestações sociais do regime da segurança social, sendo pago devido a inatividade temporária, pelo que constitui um rendimento da categoria B, nos termos do artigo 3.º do Código do IRS.

5- SOU TRABALHADOR DO SERVIÇO DOMÉSTICO E VOU BENEFICIAR DO APOIO EXCEPCIONAL À FAMÍLIA, PREVISTO NO ARTIGO 23.º, N.º 8, DO DECRETO-LEI N.º 10-A/2020, DE 13/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, este apoio está sujeito a IRS porque substitui o pagamento da normal retribuição por impedimento temporário e, não sendo um apoio prestado no âmbito das prestações sociais do regime da segurança social, é considerado rendimento da Categoria A, nos termos do artigo 2.º do Código do IRS.

6- SOU SÓCIO GERENTE DE UMA SOCIEDADE E ESTOU A BENEFICIAR DO APOIO EXTRAORDINÁRIO À REDUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA, CONFORME PREVISTO NO N.º 6 DO ARTIGO 26.º DO DECRETO-LEI N.º 10-A/2020, DE 13/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, este apoio está sujeito a IRS, nos termos do artigo 3.º do respetivo Código, porque não é um apoio prestado no âmbito das prestações sociais do regime da segurança social, mas é pago devido a inatividade temporária.

7- SOU MEMBRO DO ÓRGÃO ESTATUTÁRIO DA FUNDAÇÃO XXX, COM FUNÇÕES EQUIVALENTES AO DE UM SÓCIO GERENTE E ESTOU A BENEFICIAR DO APOIO EXTRAORDINÁRIO À REDUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA, CONFORME PREVISTO NO N.º 6 DO ARTIGO 26.º DO DECRETO-LEI 10-A/2020, DE 13/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, este apoio está sujeito a IRS, porque não é um apoio prestado no âmbito das prestações sociais do regime da segurança social, é pago devido a inatividade temporária.

8- SOU TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM E RECEBO O APOIO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, PREVISTO NO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03. VOU PAGAR IRS SOBRE ESTAS IMPORTÂNCIAS?

Sim, estas importâncias estão sujeitas a IRS, nos termos do artigo 2.º do respetivo Código, porque não integram o conceito de "apoios sociais" atribuídos pela segurança social, mas antes se destinam a compensar os trabalhadores pela perda de retribuição por inatividade temporária da empresa, mantendo outros direitos e deveres subjacentes ao vínculo laboral.

9- SOU TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM E A MINHA ENTIDADE EMPREGADORA VAI PAGAR-ME RENDIMENTOS RELATIVOS AO APOIO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, PREVISTO, NO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03. ESTÃO SUJEITOS A IRS PELA TOTALIDADE?

Sim, sobre a totalidade dos rendimentos pagos é devido IRS, independentemente de serem suportados pela entidade empregadora ou pela segurança social (artigo 2.º do Código do IRS).

10- ESTOU NA SITUAÇÃO DE TRABALHADOR ABRANGIDO PELO APOIO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, PREVISTO NO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03. A PARTE DO APOIO PAGO PELA SEGURANÇA SOCIAL TAMBÉM ESTÁ SUJEITA A IRS?

Sim, a parte paga pela segurança social está sujeita a IRS, nos termos do artigo 2.º do respetivo Código.

11- QUAL A TAXA DE IRS A QUE ESTÃO SUJEITOS OS RENDIMENTOS RELATIVOS AO APOIO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, PREVISTO NO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03?

A taxa de retenção na fonte de IRS a aplicar pela entidade empregadora sobre os rendimentos pagos varia em função dos seus montantes e da situação pessoal e familiar do tra-

balhador e é determinada nos termos gerais, por aplicação das tabelas de retenção na fonte aprovadas para o ano de 2020.



12- SOU SOLTEIRO, SEM FILHOS E RESIDO NO CONTINENTE. A MINHA ENTIDADE EMPREGADORA PAGAVA-ME UM RENDIMENTO MENSAL BRUTO DE € 1.000, SUJEITO A TAXA DE IRS DE 11,6%. ESTANDO AGORA A RECEBER O APOIO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, PREVISTO NO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03, QUAL VAI SER A TAXA DE IRS SOBRE OS APOIOS RECEBIDOS?

Estando a entidade empregadora a pagar o apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber dois terços do rendimento bruto, o equivalente a € 666,67 (70% pago pela segurança social e 30% pago pela empresa), sendo a taxa de retenção na fonte de 0,1%, conforme tabelas de retenção na fonte aprovadas para o ano de 2020.

13- SOU TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM E A MINHA ENTIDADE EMPREGADORA VAI PAGAR-ME A COMPENSAÇÃO RESPEITANTE A UM PERÍODO DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO DO PERÍODO NORMAL DE TRABALHO, PREVISTO NO ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03 E ARTIGO 305.º DO CÓDIGO DO TRABALHO. ESTA COMPENSAÇÃO ESTÁ SUJEITA A IRS PELA TOTALIDADE?

Sim, sobre a totalidade dos rendimentos pagos é devido IRS, independentemente de ser suportada pela entidade empregadora ou pela segurança social.

14- SOU ENTIDADE PATRONAL DE TRABALHADOR QUE BENEFICIA DA COMPENSAÇÃO RESPEITANTE A UM PERÍODO DE REDUÇÃO OU SUSPENSÃO DO PERÍODO NORMAL DE TRABALHO, PREVISTO NO ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26/03 E ARTIGO 305.º DO CÓDIGO DO TRABALHO, DEVO REPORTAR ESTES APOIOS NA DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES? QUAL O CÓDIGO A INDICAR? Encontrando-se este apoio sujeito a IRS deve ser declarado na DMR, devendo utilizar os códigos já existentes e que já vêm sendo utilizados no caso concreto do trabalhador em causa (por exemplo: código A - Rendimentos do Trabalho Dependente Sujeitos).»



■ PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS JUNHO

WWW.PORTALDASFINANCAS.GOV.PT

NOTA: ESTA INFORMAÇÃO NÃO INCLUI AS ALTERAÇÕES, PRORROGAÇÕES, DIFERIMENTOS E MEDIDAS DE NATUREZA SIMILAR RELATIVAS A OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E DE PAGAMENTO DE NATUREZA FISCAL E CONTRIBUTIVA APROVADAS NO ÂMBITO DO COMBATE AO COVID-19, QUE SÃO OBJETO DE INFORMAÇÃO AUTÓNOMA

SUMÁRIO

ATÉ AO DIA 12

- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES (MAI.20)
- IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES AT (MAI.20)
- IVA - COMUNICAÇÃO À AT DAS FATURAS EMITIDAS EM MAI.20

ATÉ AO DIA 18

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - DECLARAÇÃO PERIÓDICA (ABR.20)

ATÉ AO DIA 22

- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - PAGAMENTO (MAI.20)
- SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES - PAGAMENTO (MAI.20)
- FUNDO DE COMPENSAÇÃO - PAGAMENTO (MAI.20)
- IVA - DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA - REGIMES MENSAL E TRIMESTRAL

ATÉ AO DIA 25

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - PAGAMENTO (ABR.20)
- IRC/IRS - RETENÇÕES NA FONTE (MAI.20)
- SELO - PAGAMENTO DO RELATIVO A MAI.20

ATÉ AO DIA 30

- IUC - PAGAMENTO - VEÍCULOS COM ANIVERSÁRIO DE MATRÍCULA EM JUN.20
- IRS/2019 - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS MOD. 3

WWW.PORTALDASFINANCAS.GOV.PT

Disclaimer – Este texto é meramente informativo, não é exaustivo, não dispensa a consulta dos textos legais ou o cumprimento de outras obrigações previstas em disposições legislativas, regulamentares ou administrativas, não responsabilizando a Autora.

■ ATÉ AO DIA 12

IVA – PERIODICIDADE MENSAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Deve ser entregue a declaração de remunerações relativa ao mês de maio de 2020, exclusivamente através da Segurança Social Direta, incluindo pelo empregador que seja pessoa singular e com apenas um trabalhador ao seu serviço.

IRS – DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES (AT)

As entidades que pagaram ou colocaram à disposição de residentes em território português, em **MAIO DE 2020**, rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos ou excluídos de tributação, nos termos dos artigos 2º e 12º do CIRS, devem proceder ao envio, pela Internet, da Declaração Mensal de Remunerações (AT) para comunicação de tais rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e quotizações sindicais.

Estão **DISPENSADAS DESTA OBRIGAÇÃO** as entidades que não exerçam atividades empresariais ou profissionais ou, exercendo-as, tais rendimentos não se relacionem exclusivamente com essas atividades, as quais podem optar por declarar tais rendimentos na declaração anual modelo 10.

IVA – COMUNICAÇÃO DAS FATURAS À AT

Os sujeitos passivos de IVA são obrigados a comunicar à AT, por via eletrónica, os elementos das faturas que emitiram em **MAIO DE 2020**.

■ ATÉ AO DIA 18

IVA – PERIODICIDADE MENSAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem proceder à entrega, via Internet,

da declaração periódica relativa ao IVA apurado no mês de **ABRIL DE 2020**, acompanhada dos anexos que forem devidos.

■ ATÉ AO DIA 22

SEGURANÇA SOCIAL – REGIME GERAL – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **MAIO DE 2020**.

SEGURANÇA SOCIAL – INDEPENDENTES – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **MAIO DE 2020**.

FUNDO DE COMPENSAÇÃO – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das entregas devidas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) relativas a **MAIO DE 2020**.

IVA – DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA – TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Deve ser entregue a Declaração Recapitulativa, via Internet, pelos sujeitos passivos do regime normal de periodicidade mensal que em **MAIO DE 2020** efetuaram transmissões intracomunitárias de bens e ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Também os sujeitos passivos isentos ao abrigo do art.º 53º do CIVA que tenham efetuado prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, em maio de 2020 quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, devem proceder à entrega da Declaração Recapitulativa, via Internet.

■ ATÉ AO DIA 25

IVA – PERIODICIDADE MENSAL – PAGAMENTO

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem, se for caso disso, proceder ao pagamento do IVA apurado no mês de **ABRIL DE 2020**.

IRS/IRC – RETENÇÕES NA FONTE

Deve ser declarado através da Internet e entregue o IRS retido pelas entidades que, possuindo ou devendo possuir contabilidade organizada, atribuíram no mês de maio de 2020 rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS B** (empresariais e profissionais), **E** (capitais) e **F** (prediais).

Também as entidades, com ou sem contabilidade organizada, que tenham pago ou colocado à disposição no mês de maio de 2020 rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS A** (trabalho dependente) e **H** (pensões), deverão declarar pela mesma via e entregar o IRS retido na fonte.

O mesmo se diga para as importâncias retidas no mês de

MAIO DE 2020 sobre rendimentos sujeitos a IRC.

IMPOSTO DO SELO – PAGAMENTO

Deve ser declarado através da Internet e entregue pelas empresas e outras entidades sobre quem recaia tal obrigação o imposto do selo liquidado no mês de **MAIO DE 2020**.

■ ATÉ AO DIA 30

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO – PAGAMENTO

Deve ser liquidado e pago o Imposto Único de Circulação (IUC) relativo a 2020 pelos veículos cujo aniversário de matrícula ocorra no mês de **JUNHO**.

A liquidação do IUC é efetuada pelo próprio sujeito passivo através da Internet (obrigatório para as pessoas coletivas), podendo também sê-lo em qualquer serviço de finanças, em atendimento ao público.

IRS / 2019 - ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS MOD. 3

Os sujeitos passivos de IRS que em 2019 auferiram rendimentos de qualquer tipo/categoria devem proceder à entrega, exclusivamente via Portal das Finanças, da Declaração de Rendimentos mod. 3, acompanhada dos Anexos respeitantes aos rendimentos das categorias em causa e, se for o caso, dos **ANEXOS H** (benefícios fiscais e deduções) e ou **J** (rendimentos obtidos no estrangeiro).

Os titulares de rendimentos da **CATEGORIA B** são ainda obrigados a preencher o Anexo SS, se enquadrados no regime de segurança social dos independentes, em cumprimento do artigo 152.º do Código Contributivo (que impõe aos trabalhadores independentes a declaração (i) do valor total das vendas realizadas, (ii) do valor total da prestação de serviços a pessoas singulares que não tenham atividade empresarial e (iii) do valor total da prestação de serviços por pessoa coletiva e por pessoa singular com atividade empresarial).

Lembramos que a AT disponibiliza a declaração automática de rendimentos aos contribuintes que reúnam determinados requisitos (residentes, sem dependentes, apenas com rendimentos das categorias A e/ou H,...), que, de qualquer modo, só é válida se confirmada pelos mesmos.

Estão dispensados de apresentar a declaração (art.º 58.º do CIRS) os sujeitos passivos que não optem pela tributação conjunta e, cumulativa ou isoladamente, apenas tenham auferido rendimentos tributados pelas taxas liberatórias previstas no art.º 71.º do CIRS e não optem, se permitido, pelo seu englobamento, ou rendimentos de trabalho dependente ou pensões de valor igual ou inferior a € 8.500, que não tenham sido sujeitos a retenção na fonte e não incluam rendimentos de pensões de alimentos de valor superior a € 4.104 (...).

IRS / 2019 – PRAZO ÚNICO DE ENTREGA OU CONFIRMAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS MODELO 3

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO
(EXCLUSIVAMENTE VIA INTERNET)



■ SEGUROS DE CRÉDITO – CONFEDERAÇÕES EMPRESARIAIS EXIGEM MEDIDAS URGENTES AO GOVERNO

Face às dificuldades que as empresas em geral estão a sentir decorrentes da redução drástica de plafonds de crédito e de obtenção de seguros de crédito, as Confederações do Comércio, Indústria, Agricultura, Turismo, Construção e Imobiliário (CCP e CPCI, cujas Direções a APCMC integra, CAP, CIP e CTP,) exigiram ao Ministro das Finanças medidas urgentes, assinando no passado dia 25 a carta que reproduzimos infra.

«**ASSUNTO:** Seguros de Crédito

Exmo. Senhor Ministro de Estado e das Finanças

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), e a Confederação do Turismo de Portugal (CTP) conscientes das dificuldades que as empresas estão a sentir no que se refere à obtenção de seguros de crédito, vêm solicitar a V. Exa a rápida resolução desta matéria.

Com efeito, são inúmeras as empresas que estão a ver reduzidos drasticamente os plafonds de crédito, nomeadamente da COSEC, quer estejamos a falar de seguros de crédito à exportação, quer do mercado nacional.

Invocam as seguradoras de crédito como argumento para a redução de crédito, as dificuldades que elas próprias estão a sentir em matéria de resseguros, já que o Estado Português não está a prestar garantias, desperdiçando desta forma a abertura dada pela Comissão Europeia.

Recorde-se que a Comissão Europeia deliberou alterar o anexo da sua comunicação aos Estados-Membros sobre a aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Fun-

cionamento da União Europeia ao seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo, o que permite aos Estados-Membros intervir e garantir seguros para risco de crédito à exportação a curto prazo para todos os países. Vários países europeus já operacionalizaram este mecanismo, o que deixa as empresas portuguesas numa situação de concorrência desleal.

Mas em matéria de seguros de crédito, é fundamental ainda a intervenção do Estado para garantir operações relativas ao mercado nacional. Um conjunto significativo de setores, em áreas essenciais, nomeadamente, produtos químicos e farmacêuticos, alimentar ou a construção, precisam urgentemente de manter ou reforçar estes seguros, sob pena de uma paragem abrupta da atividade económica.

Face ao exposto, e tendo em conta que o próprio Governo legislou no sentido de aumentar os limites à concessão de garantias públicas, vimos solicitar que, com a máxima urgência, sejam desencadeados os mecanismos necessários à efetiva operacionalização destas garantias.

Apresentamos os melhores cumprimentos,

Confederação dos Agricultores de Portugal, CAP
Eduardo Oliveira e Sousa
Presidente
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, CCP
João Vieira Lopes
Presidente
Confederação Empresarial de Portugal, CIP
António Saraiva
Presidente
Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, CPCI
Manuel Reis Campos
Presidente
Confederação do Turismo de Portugal, CTP
Francisco Calheiros
Presidente»



A Plataforma MATERIAL ON é uma Plataforma Digital Bilingue que inclui um diretório de produtos e empresas, organizado de forma a favorecer a consulta dos arquitetos e projetistas, promovendo os produtos portugueses em todo o mundo. Esta plataforma estará disponível para todos os intervenientes do setor da construção, nomeadamente projetistas, construtores, fabricantes, equipas de fiscalização, comerciantes, entre outros, quer nacionais quer estrangeiros.

O acesso à plataforma poderá ser realizado através do site da APCMC ou diretamente através do link: www.materialon.com. O registo é um processo obrigatório que permite que os gestores da plataforma possam recolher informação sobre os utilizadores, podendo assim dinamizar os conteúdos, de acordo com as respetivas necessidades.

